

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2021

Cabo Verde

Em 2021, Cabo Verde fez um avanço moderado nos seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo emendou o Código Penal e o Código de Processo Penal para aumentar as penalidades para crimes sexuais perpetrados contra crianças, nomeadamente as crianças entre os 14 e 16 anos de idade. Estas emendas aumentam também em um-terço as penalidades em situações que implicam relações familiares ou de guarda legal, e atribuem responsabilidade não só aos perpetradores como também aos que auxiliam a vitimização das crianças. Além disto, o Instituto Caboverdiano da Criança e do Adolescente lançou um programa para garantir que as crianças permaneçam na escola e sejam mantidas fora das ruas. Ademais, foi aprovado o Plano Nacional de Acção de Prevenção e Combate à Violência Sexual contra as Crianças e Adolescentes, em conjunto com a Estratégia Nacional de Comunicação para a Prevenção e Combate à Violência Sexual. Em 2021, a Ilha de Maio registou zero casos de trabalho infantil, após ter registado o número mais elevado de casos do país no anterior período de análise, devido aos esforços amplos de sensibilização realizados em toda a ilha e ao aumento da colaboração entre os organismos relevantes. No entanto, as crianças em Cabo Verde estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial, por vezes como consequência do tráfico de seres humanos. As crianças também desempenham trabalhos perigosos na agricultura. As leis que proíbem o trabalho forçado não são suficientes uma vez que não penalizam práticas semelhantes à escravidão ou à servidão por dívida e ao trabalho forçado ou obrigatório. Ademais, a comunicação entre os órgãos de aplicação da lei é limitada e os programas sociais de auxílio às crianças envolvidas no trabalho agrícola e doméstico não são suficientes para fazer face à dimensão deste problema.

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil		
Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Estrutura jurídica	Garantir que as leis que proíbem o trabalho forçado penalizem a escravidão e práticas afins, incluindo a servidão por dívida e o trabalho forçado ou obrigatório.	2021
	Prescrever por lei a quantidade de horas semanais e as condições em que é permitido realizar trabalhos leves.	2015 – 2021
Fiscalização	Publicar informações relativas ao financiamento da Inspeção-Geral do Trabalho e garantir que o número de inspectores é suficiente para abranger a força de trabalho do país.	2011 – 2021
	Garantir que o Inspector-Geral do Trabalho seja dotado de um orçamento adequado para responder às suas necessidades.	2021

Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	Garantir que os investigadores criminais recebam o financiamento adequado, assim como recursos humanos, para levarem a cabo investigações abrangentes, incluindo investigações de trabalho infantil.	2014 – 2021
	Divulgar publicamente os dados de aplicação da lei penal, nomeadamente informações relativas à formação para novos investigadores criminais, se são ministrados cursos de actualização e o número de investigações levadas a cabo, violações identificadas, procedimentos penais intentados e penalidades impostas por violações relacionadas com as piores formas de trabalho infantil.	2011 – 2021
	Desenvolver um sistema para compilar e partilhar dados abrangentes relativos ao combate ao tráfico de pessoas e identificação de vítimas entre os órgãos de aplicação da lei para melhorar os esforços de colaboração.	2018 – 2021
	Garantir que o judiciário disponha de recursos e pessoal suficientes para que os casos sejam processados de forma tempestiva.	2019 – 2021
Programas sociais	Garantir que os alunos com necessidades educativas especiais (NEE) e crianças em áreas remotas tenham igualdade de acesso ao ensino, incluindo a provisão de transporte adequado.	2020 – 2021
	Realizar campanhas de sensibilização relacionadas com o tráfico de pessoas, nomeadamente sobre turismo sexual infantil, em todas as nove ilhas habitadas.	2018 – 2021
	Instituir programas que abordem o trabalho infantil na agricultura e no trabalho doméstico.	2010 – 2021